

CONCURSO PÚBLICO – PROCURADORIA- -GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2022



Assistente Jurídico

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

CARGO: ASSISTENTE JURÍDICO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto a seguir contextualiza as questões de 01 a 14. Leia-o atentamente.

A Lei nº 12.636/2012 traz consigo um simbolismo singular, na medida em que reconhece a importância da atividade dos procuradores e procuradoras no controle de legalidade dos atos administrativos e na defesa intransigente do patrimônio público, exercendo um importante papel de agente colaborador para efetivação das políticas públicas.

Esse reconhecimento consta expressamente da justificativa daquele ato normativo: “Trata-se de uma das mais nobres funções públicas conferidas ao serviço público nacional, posto lhe incumbir a defesa dos valores e interesses do Estado Democrático de Direito vigente em nosso país, conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais estabelecidos em nossa Constituição Federal, à viabilidade das políticas públicas do Estado brasileiro e à estabilidade jurídica das ações governamentais”.

E não poderia ser diferente. A Advocacia Pública, prevista na Constituição de 1988 como uma das funções essenciais à Justiça, é um órgão de caráter permanente e próprio de Estado, e, por isso, de vital importância à segurança jurídica, à consolidação da democracia e à implementação dos direitos fundamentais pelas três esferas da Federação Brasileira.

Enaltecer a atuação da Advocacia Pública — como reconhece a Lei nº 12.636/2012 — é essencial não apenas para fins de memória, registro e resgate histórico, mas, sobretudo, para reafirmar a sua identidade e sua vocação institucional. Somente se mantém coerente com seu DNA quem sabe os porquês e as razões de ser de sua existência.

São as advogadas e advogados públicos quem entregam aos gestores: federal, estaduais e municipais as soluções jurídicas adequadas e aptas à concretização das necessidades da população, por meio de atuações na assessoria e na consultoria jurídica, no contencioso administrativo e judicial ou ainda no controle de juridicidade dos atos administrativos. A Advocacia Pública representa, pois, interesse público primário, interesse de toda a sociedade, e não meramente “secundário” ou “do aparelho governamental” (essa antiga distinção precisa ser repensada a partir de uma leitura atenta do desenho constitucional e do modelo de Estado estabelecidos pela CF 1988). Não por acaso, uma das razões da Advocacia Pública, se não a maior e mais importante, consiste em ser um instrumento de concretização de direitos fundamentais.

(Gustavo Machado Tavares. Revista Consultor Jurídico, 7 de março de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mar07/gustavo-tavares-dia-advocacia-publica-celebracao-reflexao#author>. Adaptado.)

Questão 01

Acerca das ideias expressas no texto, depreende-se que:

- A) As necessidades da população são prioridades que demandam ações de intervenção, com resultados assegurados, constantes no âmbito da jurisprudência.
- B) Os atos normativos são o único e possível referencial para que a importância atribuída às variadas práticas no controle da legalidade seja considerada.
- C) O reconhecimento da relevância da função pertinente à atividade própria da Advocacia Pública coaduna-se com a tese defendida pelo enunciador.
- D) Embora o Estado Democrático de Direito vigente em nosso país possua valores e interesses próprios, cabe ao serviço público intervir de modo particular nas mais diversas demandas.
- E) No controle da legalidade dos atos administrativos, os agentes – envolvidos das mais variadas formas em tais processos – exercem – *a priori* – um protagonismo que os coloca no centro das questões que lhes são relacionadas.

Questão 02

Considerando a norma padrão de escrita da língua, pode-se afirmar que a expressão empregada: “Estado Democrático de Direito”:

- A) Poderia ter sido grafada da seguinte forma: “Estado Democrático De Direito”.
- B) Indica o emprego adequado das iniciais maiúsculas visto que se trata de um nome político-histórico.
- C) Visa descrever o conceito de “Estado” do ponto de vista jurídico utilizando, para isso, iniciais maiúsculas.
- D) Trata-se de uma citação de destaque pertinente ao assunto abordado, devendo ser grafada com iniciais maiúsculas.
- E) Tem sua correção assegurada por meio do emprego das iniciais maiúsculas particularizando e distinguindo o nome a que se refere.

Questão 03

O emprego de aspas no trecho destacado em “Trata-se de uma das mais nobres funções públicas conferidas ao serviço público nacional, posto lhe incumbir a defesa dos valores e interesses do Estado Democrático de Direito vigente em nosso país, conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais estabelecidos em nossa Constituição Federal, à viabilidade das políticas públicas do Estado brasileiro e à estabilidade jurídica das ações governamentais.” indica:

- A) Fim e começo de citação empregada como recurso argumentativo no texto pelo articulador.
- B) Reprodução da intenção do articulador de demonstrar a importância do reconhecimento citado anteriormente.
- C) Fragmentação de uma transcrição em que apenas a informação necessária ao desenvolvimento do assunto proposto foi destacada.
- D) Emprego de recurso expressivo denominado “arcaísmo” em que a linguagem técnica referente a determinada área do conhecimento foi utilizada.
- E) Atribuição de entonação diferenciada ao trecho entre aspas em relação ao restante do texto, atribuindo-lhe – dessa forma – a ênfase intencional proposta pelo articulador.

Questão 04

Considerando-se a referência como uma atividade discursiva empregada no texto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em “Esse reconhecimento”, ocorre a construção, ou seja, introdução de um referente como estratégia de referência.
- II. Os termos destacados em: “Esse reconhecimento consta expressamente da justificação daquele ato normativo:” são expressões semanticamente equivalentes.
- III. O segundo parágrafo do texto é iniciado por expressão que estabelece coesão textual com informação expressa no parágrafo anterior, permitindo o emprego de uma estratégia de referência importante para a progressão referencial do texto.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 05

Caso ocorresse a substituição da expressão verbal “poderia ser” (3º§) por “é”, pode-se afirmar que:

- A) A coerência, correção gramatical e semântica do trecho permaneceriam.
- B) O tempo verbal permaneceria o mesmo, mas o modo verbal seria modificado.
- C) Haveria alteração quanto à modalização verbal proposta pelo emprego da expressão inicial.
- D) Tempo e modo verbais permaneceriam os mesmos, embora a correção semântica fosse alterada.
- E) Haveria alteração quanto ao tipo de linguagem utilizada, mudando de linguagem formal para informal.

Questão 06

Considerando-se o segundo parágrafo do texto: “Esse reconhecimento consta expressamente da justificação daquele ato normativo: *‘Trata-se de uma das mais nobres funções públicas conferidas ao serviço público nacional, posto lhe incumbir a defesa dos valores e interesses do Estado Democrático de Direito vigente em nosso país, conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais estabelecidos em nossa Constituição Federal, à viabilidade das políticas públicas do Estado brasileiro e à estabilidade jurídica das ações governamentais.’*” pode-se afirmar que está correta a seguinte sugestão de substituição de:

- A) “vigente em nosso país” por “vigente ao nosso país”.
- B) “conferidas ao serviço público nacional” por “conferidas à serviço público nacional”.
- C) “estabelecidos em nossa Constituição Federal” por “estabelecidos à nossa Constituição Federal”.
- D) “consta expressamente da justificação daquele ato normativo:” por “consta expressamente na justificação daquele ato normativo:”.
- E) “conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais” por “conferindo-lhe concretude aos direitos e liberdades fundamentais”.

Questão 07

Em relação ao termo destacado a seguir em: “*Trata-se de uma das mais nobres funções públicas conferidas ao serviço público nacional, posto lhe incumbir a defesa dos valores e interesses [...]*” (2º§), pode-se afirmar que:

- A) Atua como complemento de termo imediatamente anterior, contribuindo para que a ideia seja concluída.
- B) Atua como elemento de coesão textual evitando assim repetição inadequada de termo já introduzido no discurso.
- C) Pode ser identificado como agente da ação expressa pela forma verbal “incumbir”, considerando-se a coerência textual.
- D) Poderia ser substituído pelo pronome oblíquo “o” já que tem como referente um substantivo pertencente ao gênero masculino.
- E) Caso houvesse intenção de destacar “funções públicas”, o “lhe” seria substituído por “lhes” sem que houvesse prejuízo semântico ou gramatical.

Questão 08

Pode-se inferir a partir do segmento “*Somente se mantém coerente com seu DNA quem sabe os porquês e as razões de ser de sua existência.*” em relação às ideias apresentadas no 4º parágrafo que:

- A) A filosofia e as razões de ser da existência de cada indivíduo são extremamente relevantes diante de uma sociedade acelerada e individualista.
- B) A referida atuação profissional é compreendida de forma a extrapolar o âmbito formal, cotidiano e objetivo; abarca questões que se estendem a particularidades e abstração individual.
- C) Em referência à atuação da Advocacia Pública, há uma comparação com a Ciência ao citar termos como “DNA”, demonstrando igual importância entre diferentes áreas do conhecimento.
- D) Há uma referência a determinada influência sobre a atuação na defesa dos direitos exercida no âmbito intrafamiliar, valorizando, assim, uma atuação cuja predisposição exclui influências externas.
- E) Em face do desenvolvimento da atuação citada ao longo dos anos, pode-se notar razões para sua atuação cada vez mais relacionadas a critérios pessoais refletindo em decisões também pessoais.

Questão 09

Os complementos verbais podem se apresentar diferenciados conforme o tipo de ligação estabelecida com os verbos a eles relacionados. Em relação ao fragmento destacado a seguir “[...] *conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais [...]*”, os mesmos tipos de complementos podem ser identificados em:

- A) Em dias difíceis, o melhor remédio é a sensatez.
- B) Antônio pôde apresentar suas desculpas a tempo.
- C) Como é bom saber que podemos tentar mais uma vez.
- D) O empregado apresentou queixa do patrão ao Ministério do Trabalho.
- E) Podemos reconhecer a existência de particularidades no grupo, cada indivíduo é importante.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 10

Infere-se do último parágrafo do texto que:

- A) O conceito de Advocacia Pública está diretamente relacionado à defesa do interesse da sociedade.
- B) Criação, execução e concretização dos direitos fundamentais são a finalidade do trabalho pelo qual perpassa a Advocacia Pública.
- C) Embora as necessidades da população perpassem pelo trabalho de advogadas e advogados públicos, ainda há teorias antigas que confrontam tal vertente.
- D) Sabe-se que soluções jurídicas têm como objetivo permitir o acesso da população às informações necessárias para que esta, por meios particulares, possa alcançar o êxito desejado.
- E) O protagonismo exercido por gestores das variadas esferas dos poderes públicos deve-se exclusivamente à atuação da Advocacia Pública, de modo a constituir uma engrenagem fixa no referido processo.

Questão 11

A exigência do uso de determinada preposição, tendo como justificativa a relação de regência estabelecida entre dois termos, é uma característica da norma padrão que muitas vezes não persiste no emprego da linguagem informal. A exigência descrita anteriormente pode ser observada em:

- A) “E não poderia ser diferente”
- B) “funções essenciais à Justiça”
- C) “reafirmar a sua identidade e sua vocação”
- D) “A Lei nº 12.636/2012 traz consigo um simbolismo singular”
- E) “A Advocacia Pública representa, pois, interesse público primário”

Questão 12

“Enaltecer a atuação da Advocacia Pública — como reconhece a Lei nº 12.636/2012 — é essencial não apenas para fins de memória, registro e resgate histórico, mas, sobretudo, para reafirmar a sua identidade e sua vocação institucional.” (4º§) Considerando o efeito de sentido produzido pela expressão destacada, pode-se afirmar que; marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Há uma relação de contraste entre a ideia anterior e a posterior.
- () Os dois termos que compõem a expressão destacada pertencem à mesma classe gramatical.
- () A ideia introduzida pela expressão destacada recebe maior ênfase em relação à ideia anterior.
- () A ideia posterior à expressão destacada tem sua importância elucidada explicitamente no período.

A sequência está correta em

- A) F, V, F, F.
- B) F, F, V, V.
- C) V, V, F, F.
- D) V, F, V, V.
- E) V, V, F, V.

Questão 13

Atentando-se para o emprego da norma padrão no texto, observa-se o uso adequado da grafia do vocábulo destacado em “quem sabe os porquês e as razões de ser de sua existência”. Assinale a seguir a afirmativa que apresenta erro quanto ao registro ortográfico.

- A) Essa foi a razão por que fiz tal escolha.
- B) Ainda não foi esclarecido por que ele fez isso.
- C) Simplesmente amo sua forma de agir; explicar por quê é complexo.
- D) Estude, por que é necessário empenho para conquistar grandes objetivos.
- E) Ele disse tais palavras por quê, se ainda não ouvira a outra versão dos fatos?

Questão 14

De acordo com a tipologia textual apresentada, pode-se afirmar que a tese é uma das características do texto em análise e está diretamente relacionada ao ponto de vista do articulista. Considerando-se tal informação, pode-se afirmar acerca do texto que:

- A) O articulista utiliza como principal recurso de argumentação para sustentar a tese o recurso da refutação de ideias.
- B) Apesar de poder ser reconhecido o ponto de vista do articulista no texto, os fatos que o sustentam são predominantes.
- C) Por meio de argumentos tais como: exemplos, dados, relações de causa e consequência e contra-argumento; o articulista desenvolve sua argumentação.
- D) Apesar de ser a tese uma característica do texto em análise, a linguagem objetiva é predominante tornando o texto imparcial de modo a atribuir-lhe, assim, maior confiabilidade.
- E) Predomina em todo o texto o ponto de vista do articulista em que o emprego de elementos tais como adjetivos e advérbios pode ser reconhecido como recurso para sua expressão.

Questão 15

A correspondência oficial deve seguir um padrão determinado. De acordo com o Manual de Redação Oficial do Governo do Estado de Santa Catarina pode-se afirmar que correspondências oficiais são:

- A) Variadas formas de textos pelas quais os servidores públicos se comunicam com diversos órgãos e com particulares.
- B) Instrumentos pelos quais o Poder Público se comunica formalmente com órgãos e servidores públicos, e com particulares.
- C) Instrumentos pelos quais o Poder Público se comunica formalmente apenas com órgãos e servidores públicos, excluindo-se particulares.
- D) Instrumentos propostos pelo Poder Público, a fim de fortalecer os vínculos entre as variadas esferas que o constituem por meio da comunicação.
- E) Quaisquer tipos de documentos oficiais que tenham como finalidade contribuir para o avanço da comunicação de forma clara e objetiva entre os órgãos que constituem o Poder Público.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Questão 16

Sobre as formas de provimento e vacância, analise as afirmativas a seguir.

- I. A vacância da função de confiança pode decorrer de dispensa ou de destituição.
- II. O aproveitamento do servidor em disponibilidade depende de inspeção médica.
- III. A reversão é o reingresso no serviço público do funcionário que provar a ilegalidade da demissão.
- IV. O servidor que tiver declarado insubsistente a invalidez será reintegrado ao cargo anteriormente ocupado.

Considerando o Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina, é(são) afirmativa(s) que, além de prevista(s) na legislação pertinente, não ofende(m) a Constituição Federal de 1988 apenas

- A) I.
- B) III.
- C) IV.
- D) I e II.
- E) II e III.

Questão 17

Mendes é servidor efetivo do Estado de Santa Catarina e, nessa condição, resolveu candidatar-se ao pleito de deputado estadual. Nos termos do Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que Mendes:

- A) Pode obter afastamento para se candidatar apenas a cargo de vereador.
- B) Depende de ordem do governador do Estado para retorno ao cargo após o afastamento.
- C) Estará impedido de se candidatar se o cargo efetivo que ocupa for de procurador do Estado.
- D) Estará impedido de se candidatar se o cargo efetivo que ocupa for de assessor jurídico da PGE/SC.
- E) Faz jus à licença remunerada desde o registro da candidatura até o dia seguinte ao pleito eleitoral.

Questão 18

A Constituição do Estado de Santa Catarina reconhece ao Estado as seguintes competências, EXCETO:

- A) Explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado, cuja regulamentação depende de lei ou medida provisória.
- B) Elaborar e executar planos metropolitanos, regionais e microrregionais de desenvolvimento, podendo produzir atos legislativos para tanto.
- C) Explorar os recursos hídricos de seu domínio e os serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiro, diretamente ou mediante delegação.
- D) Explorar serviços e instalações de energia elétrica, em articulação com a União e com a colaboração do setor privado, mediante autorização, concessão ou permissão.
- E) Firmar acordos e compromissos com outros Estados e entidades de personalidade internacional, desde que não afetem a soberania de seu povo nem ofendam princípios.

Questão 19

Nos termos definidos no Estatuto dos Servidores do Estado de Santa Catarina, quanto ao conceito de remuneração, vencimento, vencimentos e vantagens, é correto afirmar que:

- A) Gratificações são acréscimos pecuniários de caráter não transitório, ao oposto dos adicionais.
- B) Adicional noturno é concedido ao funcionário com acréscimo de 20% sobre a hora normal.
- C) Vencimentos, grafado no plural, designam a soma do vencimento, grafado no singular, aos adicionais.
- D) Remuneração, somada às vantagens e ao vencimento, não pode ser inferior ao salário mínimo vigente.
- E) Adicionais são verbas transitórias ou permanentes que se classificam em indenizações e gratificações.

Questão 20

Marta está estudando sobre a Câmara Administrativa de Gestão e Solução de Conflitos do Estado de Santa Catarina. Observado o que dispõe a Lei Complementar nº 780 de 2021, Marta pode afirmar, em regra, que:

- A) Nos convênios e ajustes congêneres, é vedada a submissão de conflitos à Câmara.
- B) Não podem ser submetidos à referida Câmara requerimentos que envolvam crédito tributário.
- C) A composição extrajudicial de conflito afasta a responsabilidade do agente por dano ao erário.
- D) A submissão de cada contrato administrativo à Câmara depende de autorização legislativa.
- E) Os conflitos sobre contratos administrativos, diversamente dos convênios, não se submetem à Câmara.

Questão 21

A Procuradoria-Geral do Estado está realizando um levantamento do estado de legalidade dos bens públicos estaduais. No que tange ao disposto na Constituição do Estado de Santa Catarina, a PGE/SC deve abranger o estudo das:

- A) Terras devolutas situadas em seu território, indistintamente.
- B) Ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União, indistintamente.
- C) Bens móveis inservíveis para posterior alienação por doação ou pregão eletrônico.
- D) Áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem em seu domínio ou de terceiros.
- E) Águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, decorrentes de obras da União em seu território.

Questão 22

Considerando a redação do Decreto nº 1.485/2018 do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que compete à PGE/SC, EXCETO:

- A) Propor ação civil pública e ação de improbidade administrativa.
- B) Promover a cobrança da dívida ativa estadual e dos municípios sob sua jurisdição.
- C) Elaborar e atuar em ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- D) Analisar, com exclusividade, a constitucionalidade de autógrafos de projetos de lei.
- E) Manifestar-se nos projetos de lei encaminhados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo.

Questão 23

Nos termos da Lei Complementar nº 491/2010, que cria o Estatuto Jurídico Disciplinar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que:

- A) A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, prescindirá de comunicação a outras autoridades e Ministério Público.
- B) Se o servidor estiver respondendo a mais de um procedimento administrativo disciplinar, todos deverão ter prosseguimento até que haja a demissão em um deles.
- C) O sobrestamento do processo administrativo disciplinar em virtude de ações na esfera judicial contra o servidor acusado é automático e suspende os prazos administrativos.
- D) A autoridade que, de qualquer modo, tiver conhecimento de irregularidade no serviço público é obrigada a promover sua apuração imediata, pelos procedimentos legais, assegurado ao acusado a ampla defesa.
- E) A autoridade competente determinará a expedição de decreto constituindo a comissão, que será posteriormente submetido ao respectivo órgão jurídico e à Procuradoria-Geral do Estado, para análise relativa ao cumprimento dos requisitos legais.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 24

O *Microsoft Word 2019*, Configuração Local, Idioma Português-Brasil, em seu *layout* de trabalho, traz os comandos distribuídos em Guias, Grupos e Botões (que são onde estão, de fato, os comandos que serão executados). Ao editar um documento, faz-se necessário inserir Marcadores para dar um destaque em uma determinada parte do texto. Assinale, a seguir, a Guia e o Grupo onde se encontra o comando Marcadores.

- A) Guia: Exibir Grupo: Parágrafo
- B) Guia: Página Inicial Grupo: Parágrafo
- C) Guia: *Layout* de página; Grupo: Parágrafo
- D) Guia: Exibir Grupo: Marcadores e Numeração
- E) Guia: Inserir Grupo: Marcadores e Numeração


Questão 25

Considerando as conexões de rede do *Windows 10*, Configuração Local, Idioma Português-Brasil, sabe-se que um adaptador de rede ativado pode ser para uma rede *wi-fi* ou uma rede cabeada. Caso ele esteja configurado para uma conexão, mas não estando conectado a uma rede, diferentes versões do ícone da conexão de rede poderão indicar o *status* da rede. Sobre tal *status*, assinale a afirmativa correta.

- A) Um X branco sobre um fundo vermelho indica que não há redes disponíveis.
- B) Um X branco (ou estrela branca) indica que uma conexão *wi-fi* está disponível.
- C) Um X branco ou um * (asterisco) indica que uma conexão *ethernet* está disponível.
- D) Um * (asterisco) branco sobre um fundo vermelho indica que não há redes disponíveis.
- E) Um * (asterisco) branco (ou estrela branca) indica que uma conexão *wi-fi* está indisponível.

Questão 26

Analise a imagem a seguir:

Página 1 de 7 1425 palavras  Português (Brasil)

Trata-se de uma barra que fica localizada no canto inferior esquerdo da tela, abaixo do documento que está sendo editado, no *Microsoft Word 2019*, Configuração Local, Idioma Português-Brasil. Observe que ela fornece algumas informações sobre o documento que está sendo editado. As informações se referem à barra:

- A) Menu.
- B) Revisão.
- C) Ferramenta.
- D) Visualização.
- E) Acesso rápido.

Questão 27

Considere um documento, no *Microsoft Word 2019*, Configuração Local, Idioma Português-Brasil. Ao redigi-lo, percebe-se que um parágrafo inteiro estava alinhado à esquerda. Assinale, a seguir, as teclas que foram acionadas.

- A) CTRL + E
- B) CTRL + F
- C) CTRL + G
- D) CTRL + J
- E) CTRL + Q

Questão 28

Uma das ferramentas de bastante visibilidade atualmente é o *Google Meet*, que pode ser usado em reuniões remotas, ao vivo, gravadas; enfim, ele possui uma série de recursos que o tornaram muito popular. Sobre o *Google Meet*, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O uso de alto falantes externos e microfones incompatíveis podem causar eco.
- B) Nas configurações de vídeo, podem ser alteradas: câmera; resolução de saída; e, resolução de entrada.
- C) Em computadores e dispositivos iOS, a ativação do ajuste de luz serve para deixar os dispositivos mais rápidos.
- D) Uma resolução de saída, com definição padrão de 360p, usa menos dados. Em contrapartida, a câmera enviará uma imagem com qualidade inferior.
- E) Quando o ajuste de iluminação do vídeo está ativado, o *Meet* detecta se há pouca exposição, podendo aumentar o brilho automaticamente para melhorar sua visibilidade. Tal configuração é possível apenas em computadores e dispositivos iOS.

Questão 29

Considerando o Sistema Operacional *Linux*, um sistema que não necessita de licença para uso e que pode gerar uma economia muito grande em licença de *softwares*, deve-se fazer um programa, rodando em segundo plano ou parado, rodar em primeiro plano. Dessa forma, o comando a ser utilizado é:

- A) fg
- B) bg
- C) kill
- D) jobs
- E) killall

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 30

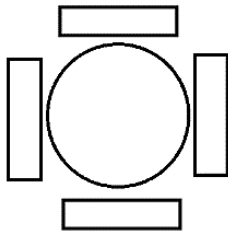
Para atualizar qualquer programa em um Sistema Operacional *Linux* há ferramentas que executam tal trabalho, seja no modo texto, ou até mesmo em modo gráfico. A ferramenta APT (*Advanced Packaging Tool*) é utilizada na distribuição *Debian*, assim como suas variantes; trata de forma automática os problemas que podem advir com a dependência de pacotes. Considerando a seguinte sintaxe: “# *Apt-Get Update*”, assinale a afirmativa correta.

- A) Atualiza a distribuição *Linux*.
- B) Atualiza a lista de pacotes disponíveis.
- C) Faz busca e obtém informações sobre os pacotes.
- D) Serve para remover os pacotes com a atualização.
- E) O comando não irá gerar efeito, pois não está correto.

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

Questão 31

Ricardo, Antônio, Everaldo e Juliano estão dispostos em torno de uma mesa circular, cada um sentado em um único assento, conforme figura a seguir:



Entre eles, há um procurador, dois desembargadores e um promotor. Adicionalmente, sabe-se que:

- Os dois desembargadores estão sentados um ao lado do outro.
- Antônio é procurador e está ao lado de Ricardo.
- Juliano é desembargador e Antônio está sentado à sua esquerda.

Considerando que cada profissional exerce uma única função, é correto afirmar que:

- A) Ricardo é desembargador.
- B) Juliano está sentado à direita de Ricardo.
- C) Antônio está sentado em frente ao promotor.
- D) Ricardo está sentado à esquerda de Everaldo.
- E) O promotor está sentado à direita de Everaldo.

Questão 32

Considerando os profissionais que trabalham em determinada repartição pública, a razão entre o número de mulheres e o número de homens era de $1/3$. Após determinado processo seletivo, com o ingresso de 16 mulheres, essa razão mudou para $2/3$. Considerando que o número de homens se manteve constante nessas duas situações, qual é o número de homens trabalhando nessa repartição?

- A) 16
- B) 24
- C) 32
- D) 36
- E) 48

Questão 33

O advogado Gabriel trabalha em uma das seguintes quatro áreas: Direito Ambiental, Direito da Tecnologia da Informação, Direito Empresarial e Direito Contratual. Sobre sua área de atuação, foram feitas quatro afirmativas, das quais apenas três delas são verdadeiras:

- I. Gabriel não é da área de Direito Contratual.
- II. Gabriel é da área de Direito Empresarial.
- III. Gabriel não é da área de Direito da Tecnologia da Informação.
- IV. Gabriel é da área de Direito Ambiental.

É correto afirmar que, necessariamente,

- A) Gabriel é da área de Direito Ambiental.
- B) Gabriel é da área de Direito Contratual.
- C) Gabriel é da área de Direito Empresarial.
- D) Gabriel não é da área de Direito Empresarial.
- E) Gabriel não é da área de Direito da Tecnologia da Informação.

Questão 34

O Tribunal Regional Eleitoral de determinado estado promoveu uma reunião com cinco juízas: Letícia, Marcela, Noemi, Odete e Patrícia. Cada juíza chegou ao local programado em um momento diferente e constatou-se que:

- No momento em que Letícia chegou na reunião, outras três juízas já haviam chegado.
- Patrícia chegou na reunião antes de Marcela.
- Odete não foi a primeira juíza a chegar na reunião.
- Noemi chegou na reunião imediatamente após Odete.

É correto afirmar que:

- A) Odete chegou na reunião depois de Letícia.
- B) Marcela chegou na reunião antes de Letícia.
- C) Noemi chegou na reunião depois de Marcela.
- D) Marcela foi a última juíza a chegar na reunião.
- E) Patrícia foi a terceira juíza a chegar na reunião.

Questão 35

Os processos julgados em determinado Conselho Regional de Medicina podem ser divididos em três classes: X, Y e Z. Sobre esses processos, sabe-se que todo processo classificado como X é também classificado como Y. Além disso, existem processos classificados como Z que também são classificados como X. Com base nessas informações, é correto concluir que:

- A) Algum processo classificado como Z não é classificado como Y.
- B) Algum processo classificado como Z é também classificado como Y.
- C) Todo processo classificado como Y também é classificado como Z.
- D) Todo processo classificado como Y também é classificado como X.
- E) Todo processo classificado como Z também é classificado como X.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

Questão 36

“Um líder, antes de ser um gestor capaz de motivar sua equipe e de se comunicar de modo diferenciado, é uma pessoa nascida em determinada cidade, de certo país, em um dos cinco continentes. Dessa forma, seria pouco prudente desconsiderar as influências que a cultura exerce sobre o comportamento e o estilo pessoal dos líderes. A teoria _____ argumenta que, por causa das pressões do tempo, os líderes estabelecem um relacionamento especial com um pequeno grupo de liderados. Esses indivíduos constituem o ‘grupo de dentro’ – tem toda a confiança, recebem atenção desproporcional do líder e costumam ser alvos de privilégios especiais. Os demais membros formam o ‘grupo de fora’. Recebem menos tempo do líder, menos recompensas (bônus, promoções etc.) controladas por ele; seu relacionamento baseia-se nas interações formais e autoridade.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) dos traços
- B) do caminho-meta
- C) da liderança situacional
- D) da liderança carismática
- E) de troca entre líder e liderado (LMX – *Leader Member Exchange*)

Questão 37

O enfoque contábil estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de seu recebimento ou pagamento. Do enfoque contábil resulta a avaliação integral e completa do patrimônio público, vez que sua utilização pressupõe das receitas quando nasce o crédito tributário mediante lançamento tributário efetuado pelo órgão público, seja no lançamento direto, como é o caso do IPTU, IPVA, Taxa de Incêndio; na autuação fiscal ou no parcelamento de créditos fiscais concedidos aos contribuintes. Essa situação é ancorada pelo Princípio da:

- A) Entidade.
- B) Prudência.
- C) Continuidade.
- D) Competência.
- E) Oportunidade.

Questão 38

O primeiro passo do planejamento estratégico é determinar a missão e a visão da organização. Após essa definição é a análise do ambiente externo. A administração estratégica bem-sucedida depende de uma avaliação ambiental acurada e completa, que deve, também, examinar outras forças do ambiente, como as condições macroeconômicas e os fatores tecnológicos. São componentes da análise ambiental as seguintes análises, EXCETO:

- A) Social.
- B) Financeira.
- C) Tecnológica.
- D) Dos Concorrentes.
- E) Política e de Regulamentação.

Questão 39

Um dos grandes problemas na comunicação é o comportamento das pessoas como ouvintes. Tão sério é esse problema que muitos cursos e livros de comunicação sempre dedicam espaço ao aprimoramento da arte de ouvir. Analise, a seguir, alguns dos princípios mais importantes para o aprimoramento do papel de ouvinte.

- I. Deixar o interlocutor falar.
- II. Ouvir com ouvidos de ouvir.
- III. Olhar o interlocutor nos olhos e concentrar-se no que se está ouvindo.
- IV. Usar as próprias palavras para interpretar a mensagem.
- V. Evitar fazer perguntas.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) IV e V.
- B) I, III e IV.
- C) III, IV e V.
- D) I, II, III e IV.
- E) I, II, IV e V.

Questão 40

O *McDonald's* enfatiza a qualidade uniforme de seus produtos, rapidez do atendimento, limpeza e higiene das instalações e da preparação de refeições. A *Montblanc* enfatiza a exclusividade e o prestígio de seus clientes. A *BIC* enfatiza a praticidade. Segundo *Porter*, os exemplos citados são estratégias de:

- A) Foco.
- B) Diversificação.
- C) Diferenciação.
- D) Liderança de custo.
- E) Penetração de mercado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 41

Sobre o mandado de segurança, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Estado-membro tem legitimidade para propor MS coletivo, contra a União, na defesa de supostos interesses da população residente na unidade federada.
- II. É desnecessária a autorização expressa dos associados, a relação nominal destes, bem como a comprovação de filiação prévia, para a cobrança de valores pretéritos de título judicial decorrente de mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil.
- III. O Governador do Estado é parte ilegítima para figurar como autoridade coatora em mandado de segurança no qual se impugna a elaboração, aplicação, anulação ou correção de testes ou questões de concurso público, cabendo ao presidente da banca examinadora figurar no polo passivo da demanda.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) III, apenas
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 42

A Constituição Federal franqueia aos Estados-membros da Federação a elaboração de Constituição própria que pode dispor, inclusive, sobre o processo legislativo e as exigências e vedações conferidas aos deputados estaduais. Em relação aos deputados estaduais eleitos no Estado de Santa Catarina, face ao disposto na Constituição estadual, assinale a afirmativa correta.

- A) Somente a partir da posse os deputados serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.
- B) Recebida a denúncia em face de deputado, por crime ocorrido após a diplomação, não será mais possível sustar a ação penal correspondente.
- C) A partir da diplomação os deputados não podem ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- D) A partir da diplomação, os Deputados não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que os autos serão remetidos à Assembleia Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- E) Somente a partir da posse, os deputados estão vedados de firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, exceto no caso de o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

Questão 43

Em virtude do ADCT Art. 11 da CRFB/1988, coube às assembleias legislativas dos Estados federados, com poderes constituintes, elaborar as constituições estaduais, no prazo de um ano da promulgação da CRFB/1988, em obediência aos princípios por ela adotados. A Constituição de Santa Catarina disciplina as regras atinentes ao processo legislativo do Estado, que determinam que; marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Lei Complementar que dispõe sobre a organização da Procuradoria-Geral do Estado deve ser aprovada com quórum mínimo de dois terços dos votos dos Deputados.
- () Em caso de urgência, o Governador do Estado pode requerer, justificadamente, a apreciação de projetos de lei de sua iniciativa, em mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, que tem até quarenta e cinco dias para se manifestar, sob pena de sua inclusão na ordem do dia da primeira sessão subsequente, com sobrestamento dos demais assuntos, para que se ultime a votação.
- () Na elaboração de lei delegada, o Governador do Estado delegará à Assembleia Legislativa, sob a forma de resolução, especificando seu conteúdo e termos do seu exercício, podendo determinar a apreciação do projeto pela Assembleia, que será feito em votação única, podendo ser emendada com o voto da maioria absoluta dos Deputados.

A sequência está correta em

- A) V, F, F.
- B) F, V, F.
- C) V, F, V.
- D) F, V, V.
- E) F, F, V.

Questão 44

A organização e o funcionamento da Procuradoria-Geral de Santa Catarina estão dispostos na Lei Complementar estadual nº 317, de 30 de dezembro de 2005. Lá consta que:

- A) Em razão de sua autonomia funcional e administrativa, a Procuradoria-Geral do Estado tem iniciativa privativa de sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- B) Conforme autonomia político-administrativa, a Procuradoria-Geral do Estado tem iniciativa exclusiva para propor seu orçamento, desde que acorde com as propostas dos demais órgãos de representação do Estado.
- C) A representação judicial do Estado de Santa Catarina é de exclusiva competência da Procuradoria-Geral, ao passo que a consultoria jurídica do Poder Executivo pode ser exercida em conjunto com outros órgãos que a lei dispuser.
- D) Integram a Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina e são órgãos de direção: o Procurador-Geral do Estado, o Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos, o Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos, o Corregedor-Geral e o Conselho Superior.
- E) O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado, presidido pelo Procurador-Geral do Estado, é composto somente por membros não-eleitos dentre os integrantes da carreira de Procurador do Estado que, até a data da eleição, tenham adquirido estabilidade no cargo.

Questão 45

A Constituição de 1988 adotou o federalismo de equilíbrio que fundamentou a repartição de competências, especialmente a legislativa, para permitir uma maior participação dos Estados na produção normativa. Acerca das competências legislativas dos Estados determinadas na Constituição Federal de 1988, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () É inconstitucional lei do Estado X, de iniciativa de deputado estadual, que determina a obrigatoriedade de instituir a língua alemã como uma opção de disciplina de língua estrangeira, uma vez que é de competência privativa da União legislar diretrizes e bases da educação nacional.
- () Cabe aos Estados, privativamente, explorar os serviços locais de gás canalizado, podendo esta regulamentação ser feita via lei ordinária ou medida provisória.
- () É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual que disponha sobre sistema de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
- () É constitucional lei do próprio Estado determinando que a Cia Estadual de Água forneça água potável, imediatamente, por meio de carro-pipa, sempre que houver interrupção injustificada do serviço para os clientes afetados.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) V, V, F, F.
- C) F, F, V, F.
- D) F, F, F, V.
- E) F, F, F, F.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 46

Conforme ensina a doutrina, a ação popular é “um instrumento de participação política no exercício do poder público, que foi conferido ao cidadão pela Constituição [...]. Pode-se obter, por meio dessa ação, a invalidação de atos ou contratos administrativos, que sejam lesivos ao patrimônio público, ou que sejam lesivos à moralidade pública, ou ao meio ambiente, ou ao patrimônio histórico ou cultural”. Sobre a ação popular, analise as afirmativas a seguir.

- I. É desnecessária a demonstração de prejuízo material aos cofres públicos como condição para o cabimento da ação popular.
- II. A competência originária para processar e julgar ação popular que tenha no polo passivo o Presidente da República é do juízo de 1º grau.
- III. O Supremo Tribunal Federal é competente para processar e julgar ação popular contra decisão do Conselho Nacional de Justiça proferida no exercício de suas competências constitucionais.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 47

Considerando que os direitos fundamentais são representativos das liberdades públicas e concretizam as exigências de igualdade, liberdade e dignidade da pessoa humana, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os chamados direitos de segunda geração da teoria dimensional dos direitos fundamentais atribuem ao Estado comportamento ativo na realização da justiça social, resumidamente podem ser chamados de o direito de participar do bem-estar social, pois envolvem direitos relativos à assistência social, à educação e à saúde, dentre outros.
- II. A teoria dimensional dos direitos fundamentais entende que os direitos de primeira geração demarcam uma zona negativa de intervenção estatal apontando para direitos de resistência ou oposição ao Estado, de feição individualista e patrimonial, com destaque ao direito à vida, à liberdade e à propriedade.
- III. O termo “direitos fundamentais”, de maneira geral, refere-se os direitos reconhecidos e assegurados no texto constitucional de um Estado, ao passo que os direitos humanos guardam relação com documentos de direito internacional que tutelam as posições jurídicas da pessoa humana, independentemente da ordem constitucional a qual se vincula, tendo caráter nitidamente internacional.
- IV. Os sigilos bancário e fiscal, consagrados como direitos individuais constitucionalmente protegidos, somente poderão ser excepcionados por ordem judicial fundamentada desde que presentes requisitos razoáveis, que demonstrem, em caráter restrito e nos estritos limites legais, a necessidade de conhecimento dos dados sigilosos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.
- E) II, III e IV.

Questão 48

Além de determinar os princípios fundamentais que regem a República Federativa do Brasil, a Constituição de 1988 também dispõe sobre a sua organização político-administrativa. Sobre a moldura principiológica e organizacional presente na Constituição, assinale a afirmativa correta.

- A) O princípio da determinação dos povos pode servir como base para o exercício do direito de secessão pelos Estados-membros.
- B) A União, Estados e Municípios, apesar de ser o país um Estado Laico, poderão estabelecer alianças com os chefes religiosos a nível local e nacional.
- C) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil é formada pela União, pelos Estados, pelos Territórios, pelos Municípios e pelo Distrito Federal, todos entes autônomos e com expressa previsão constitucional.
- D) Os fundamentos da República Federativa do Brasil expressos em seu Art. 1º englobam a cidadania, o pluralismo político, a soberania popular, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- E) Em sede das relações com países estrangeiros, a Constituição de 1988 adota o princípio da concessão do asilo político, que é ato de soberania estatal, de competência do Presidente da República e passível de controle de legalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

Questão 49

Considerando que a ação civil pública tem sido poderoso instrumento a serviço do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos entes federativos na defesa dos direitos coletivos e difusos, marque **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- () Em 2020, a 1ª Turma do STF decidiu que é incompatível com a Constituição Federal o entendimento de que o Governador do Estado deve autorizar a propositura de ação civil pública de improbidade pela Procuradoria do Estado, por violação do princípio da impessoalidade. Entretanto, é indispensável a anuência do Procurador-Geral do Estado.
- () Emenda de Constituição estadual que determina competência exclusiva do Procurador-Geral de Justiça para promover a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos quando praticados pelo Governador do Estado, invade matéria reservada à lei complementar de iniciativa do chefe do Ministério Público estadual.
- () Em se tratando de ação civil pública com abrangência nacional ou regional, sua propositura deve ocorrer no foro, ou na circunscrição judiciária, da capital do estado ou no Distrito Federal, nos termos do Art. 93, inciso II, do CDC. No caso de alcance geograficamente superior a um estado, a opção pela capital deve contemplar uma que esteja situada na região atingida.

A sequência está correta em

- A) F, V, V, V.
- B) V, V, F, F.
- C) V, F, V, F.
- D) F, F, F, V.
- E) V, F, F, F.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 50

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) face à Constituição Federal tem sua regulamentação na Lei nº 9.868/1999, ao passo que a Constituição do Estado de Santa Catarina (CESC), nos Arts. 84 e 85, faz menção à tal ação, entretanto, em nível estadual. A respeito da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade, assinale a afirmativa correta.

- A) A ação direta de inconstitucionalidade, ao revés da ação direta de constitucionalidade, não tem preferência para julgamento pelo Tribunal de Justiça.
- B) Dentre os legitimados à propositura de ADI na CESC encontram-se o Governador do Estado, a Mesa da Assembleia Legislativa e o Procurador-Geral do Estado.
- C) A CESC prevê a exigência de quórum de dois terços dos membros do TJSC ou dos membros de seu órgão especial para a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual e municipal face à Constituição do Estado.
- D) Em nível estadual, a CESC confere legitimidade às associações representativas de classe ou da comunidade para a propositura de ADI, desde que se trate de lei ou ato normativo estadual ou municipal contestado em face da Constituição estadual.
- E) Em Santa Catarina, quando o Tribunal de Justiça apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador-Geral do Estado, a Procuradoria Legislativa da Assembleia ou o Procurador do Município, conforme o caso, que defenderão o texto impugnado.

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSO ADMINISTRATIVO

Questão 51

Sobre a racionalização dos atos e procedimentos administrativos nos serviços públicos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Ressalvados os casos que impliquem imposição de deveres, ônus, sanções ou restrições ao exercício de direitos e atividades, a comunicação entre o Poder Público e o cidadão poderá ser feita por qualquer meio.
- B) Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.
- C) Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão.
- D) Os órgãos e as entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder.
- E) Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo.

Questão 52

Com base nas disposições constitucionais vigentes alusivas ao servidor público, é correto afirmar que:

- A) É absolutamente vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de quaisquer benefícios em regime próprio de previdência social.
- B) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, necessariamente reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização.
- C) O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas.
- D) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o regime próprio de previdência social.
- E) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, acrescido de gratificação, adicional, abono, prêmio e verba de representação.

Questão 53

Proceda a análise das assertivas a seguir.

- I. A autarquia, pessoa jurídica de direito público instituída por lei, terá como marco inicial de sua existência a inscrição, no registro próprio, de seu ato constitutivo.
- II. Compõem a Administração Pública Indireta, dentre outras entidades dotadas de personalidade jurídica própria, os serviços sociais autônomos.
- III. Integram a Administração Indireta, com personalidade jurídica de direito público, as empresas públicas, as autarquias e as fundações de direito público.
- IV. A sociedade de economia mista é entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima.

Está correto o que se afirma em

- A) Nenhuma assertiva está correta.
- B) Todas as assertivas estão corretas.
- C) Somente uma assertiva está correta.
- D) Somente três assertivas estão corretas.
- E) Somente duas assertivas estão corretas.

Questão 54

Assinale a afirmativa que NÃO se refere a uma característica dos órgãos públicos.

- A) São criados e extintos por lei.
- B) Não possuem patrimônio próprio.
- C) Não possuem personalidade jurídica.
- D) Resultam da descentralização administrativa.
- E) Em regra, não possuem capacidade processual.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 55

Segundo a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito a outras cominações. Com base no aludido diploma legal, são sanções passíveis de serem impostas ao servidor público que pratica ato de improbidade:

- A) Perda dos direitos políticos; pagamento de multa civil.
- B) Suspensão da função pública; pagamento de multa civil.
- C) Proibição de contratar com o poder público; perda da função pública.
- D) Perda de valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; perda dos direitos políticos.
- E) Proibição de receber do poder público benefícios ou incentivos fiscais; declaração pública de inidoneidade.

Questão 56

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O poder hierárquico permite a Administração Pública punir de forma interna os seus servidores em razão de infrações funcionais, bem como punir os particulares ligados mediante algum vínculo jurídico específico.
- II. É atributo do poder de polícia a autoexecutoriedade, sendo possível à Administração executar suas próprias decisões sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário.
- III. Há excesso de poder na conduta do administrador que, dentro da sua competência, age para alcançar um fim diverso do previsto, de forma explícita ou implícita, na lei.
- IV. São elementos nucleares do poder discricionário a conveniência e a oportunidade. A conveniência indica em que condições vai se conduzir o agente; a oportunidade diz respeito ao momento em que a atividade deve ser produzida.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) II e IV.
- E) III e IV.

Questão 57

À luz da Lei nº 11.107/2005 (que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências), é correto afirmar que:

- A) O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito público.
- B) Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.
- C) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração se dará independente da prévia subscrição de protocolo de intenções.
- D) Os bens destinados ao consórcio público pelo consorciado que se retira não serão, em nenhuma hipótese, revertidos ou retrocedidos.
- E) Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio responderão direta e pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público.

Questão 58

Os contratos administrativos são caracterizados pela presença de cláusulas exorbitantes, que colocam a Administração em posição de superioridade em relação ao contratado. NÃO apresenta um exemplo desse tipo de cláusula:

- A) Retomada do objeto.
- B) Aplicação de penalidades.
- C) Rescisão unilateral do contrato administrativo.
- D) Plenitude no uso da *exceptio non adimpleti contractus*.
- E) Exigência de garantias nos contratos de obras, serviços e compras.

Questão 59

“Reconhecida pela lei como uma das formas de extinção da concessão de serviços públicos, a _____ poderá ser declarada pelo poder concedente quando, por exemplo, o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) rescisão
- B) reversão
- C) anulação
- D) caducidade
- E) encampação

Questão 60

Sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que:

- A) É possível a cumulação de indenizações por dano material e dano moral que decorram de um só fato.
- B) Mesmo nos casos de conduta estatal omissiva, aplicar-se-á sempre a regra da responsabilidade objetiva.
- C) A legislação brasileira adotou como regra a teoria do risco integral, considerando que a responsabilidade estatal é objetiva.
- D) É objetiva e, nesta condição, abrange as empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.
- E) Pelo fato de ser objetiva, torna-se desnecessária, na análise de uma situação concreta, a investigação da conduta da vítima ou de sua culpa.

Questão 61

Para os efeitos da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), considera-se:

- A) Primariedade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- B) Disponibilidade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
- C) Integridade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- D) Autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- E) Documento: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

Questão 62

“Em sentido _____, a Administração Pública designa os entes que exercem a atividade administrativa e, assim, compreende pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos incumbidos de exercer uma das funções em que se triparte a atividade estatal: a função administrativa.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) formal
- B) material
- C) objetivo
- D) funcional
- E) empreendedor

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

Questão 63

Ana e Marcos estão noivos e vão se casar adotando o regime de comunhão parcial de bens. Sendo assim, eles decidiram adquirir um apartamento, que será a primeira moradia do casal. O bem é adquirido em nome de Marcos, mas dois anos após o casamento, por livre e espontânea vontade, ele decide doar o apartamento a Ana. Decorridos mais três anos de casamento, Ana e Marcos decidem se divorciar. Nos termos do Código Civil, e considerando o caso hipotético, podemos afirmar que, com o divórcio, Marcos:

- A) Terá direito a um terço do apartamento.
- B) Terá direito à meação quanto ao apartamento, pois o bem foi doado na constância do casamento.
- C) Não terá direito à meação quanto ao apartamento, pois o bem foi doado a Ana na constância do casamento.
- D) Terá direito à meação quanto ao apartamento, pois ele e Ana são casados em regime de comunhão parcial de bens.
- E) Terá direito à meação quanto ao apartamento, pois o bem foi adquirido por ele anteriormente à data do casamento.

Questão 64

Mário reside em uma casa situada na zona urbana do Município X, na companhia da esposa e dos filhos menores. Ele possui uma pequena propriedade rural, local utilizado pela família para criação de animais e produção de leite. Em decorrência de uma dívida contraída por Mário, tramita um processo de execução em seu desfavor com pedido de penhora de sua propriedade rural. Considerando os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- A) A propriedade de Mário é penhorável, exceto se puder apresentar prova cabal de que ela é trabalhada pela família.
- B) A propriedade rural de Mário é impenhorável, se a dívida houver sido contraída em razão de sua atividade produtiva.
- C) A propriedade de Mário é impenhorável se, nos termos da lei, puder ser enquadrada como pequena propriedade rural e for trabalhada pela família.
- D) A propriedade rural de Mário é penhorável, pois ele e os familiares residem em outra propriedade, que está localizada na zona urbana do município.
- E) A propriedade de Mário é impenhorável se, nos termos da lei, puder ser enquadrada como pequena propriedade rural ou se ela for trabalhada pela família.

Questão 65

Em um processo judicial que, dentre outras questões, discute a possibilidade de aplicação de direito contido em lei estrangeira, o magistrado teve acesso à lei X, proveniente do país Bendistante. Ao analisar os termos da lei X, o magistrado percebeu que referido diploma normativo faz menção à lei XY. Nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A) O magistrado deve requerer autorização do STF para aplicação da lei estrangeira.
- B) Não é permitido ao magistrado brasileiro aplicar uma lei estrangeira dentro do território nacional.
- C) As leis estrangeiras poderão ser aplicadas no território nacional, ainda que ofendam a ordem pública e os bons costumes.
- D) Na aplicação de lei estrangeira, o magistrado deve ater-se a ela, mas poderá usar remissão ou indicação que a lei estrangeira faça a uma outra lei.
- E) Na aplicação de lei estrangeira, o magistrado deve ater-se a ela e não pode usar qualquer remissão ou indicação que a lei estrangeira faça a uma outra lei.

Questão 66

Ricardo é advogado da parte ré em um processo de indenização por danos morais. Ao interpor recurso ao Tribunal respectivo, Ricardo preencheu equivocadamente a guia de depósito, inserindo numeração divergente quanto ao CPF de seu cliente. Ao analisar os pressupostos de admissibilidade, o relator, de pronto, considerou inadmissível o recurso por erro no preenchimento da guia. “De acordo com o Código de Processo Civil, a decisão do relator contraria a lei processual vigente, pois, antes de considerar inadmissível o recurso, deveria conceder prazo de _____ dias ao recorrente para que seja corrigido o erro constante no preenchimento da guia.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) dois
- B) cinco
- C) oito
- D) dez
- E) quinze

Questão 67

Fernando e Carla são casados há cinco anos e adotaram o regime de comunhão universal de bens. O casal não possui filhos e tanto os pais de Fernando quanto os pais de Carla são falecidos. Fernando possui dois irmãos, que contam com 34 e 38 anos, respectivamente. No dia 08/09/2022 Fernando faleceu, deixando bens. Considerando o caso hipotético, quanto ao direito sucessório, é correto afirmar que Carla terá direito à:

- A) Totalidade da herança.
- B) Meação dos bens do casal, apenas.
- C) Meação e os irmãos de Fernando serão herdeiros.
- D) Meação e também à herança de Fernando, que será repartida entre ela e os irmãos do marido.
- E) Meação e à metade da herança de Fernando, sendo a outra metade repartida entre os irmãos do falecido.

Questão 68

Astolfo procurou a Defensoria Pública para demandar judicialmente a respeito da aquisição de propriedade rural por usucapião. Ao propor a ação, o defensor esqueceu de requerer ao juiz que fosse concedido ao autor o benefício da Justiça gratuita. Ao analisar a petição inicial e verificar que Astolfo é pessoa que possui poucos recursos financeiros, constando nos autos, inclusive, comprovação de que sua renda não ultrapassa um salário mínimo, o juiz decide conceder a Astolfo o benefício da justiça gratuita. Considerando o fato narrado, assinale a afirmativa correta.

- A) Astolfo não se enquadra nos requisitos que possibilitam a aplicação da Justiça gratuita.
- B) Astolfo não poderia ser contemplado com o benefício da Justiça gratuita, pois tem renda fixa.
- C) O juiz não poderia ter decidido de ofício, pois não há pedido expresso da parte nesse sentido.
- D) O juiz poderia ter decidido de ofício sobre a aplicação da Justiça gratuita, mesmo sem o prévio requerimento da parte, uma vez que há comprovação nos autos acerca da renda de Astolfo.
- E) O juiz não poderia ter decidido de ofício, pois para a concessão do benefício da Justiça gratuita é obrigatório que primeiramente se investigue a real situação financeira do requerente.

Questão 69

Em uma ação para responsabilização por má execução de obra, foi necessário o requerimento, pela parte autora, de produção de prova pericial especializada, na área de engenharia civil. No tocante às provas periciais, é correto afirmar que:

- A) O juiz, em hipótese alguma, poderá dispensar a produção da prova pericial.
- B) O laudo pericial deverá ser juntado aos autos do processo pelo menos vinte dias antes da audiência de instrução e julgamento.
- C) A fundamentação apresentada no laudo pericial poderá ser escrita pelo perito em linguagem complexa, desde que a perícia for de alta complexidade técnica.
- D) O juiz fica restrito aos apontamentos contidos no laudo pericial, sendo-lhe vedado determinar nova perícia que não seja requerida por alguma das partes.
- E) As partes terão o prazo de dez dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito, para apresentar arguição de seu impedimento ou suspeição.

Questão 70

A empresa Service celebrou contrato de prestação de serviço de assistência médico-hospitalar com a empresa Vidaplana, operadora de planos de saúde. A finalidade da contratação é o atendimento aos funcionários da empresa Service. Ocorre que a referida empresa não cumpriu o contrato no tocante ao pagamento pelos serviços, restando-se inadimplente com a empresa Vidaplana. Nos termos do Código Civil, o prazo para que a empresa Vidaplana possa requerer o pagamento do débito contraído pela empresa Service é de:

- A) Um ano.
- B) Dois anos.
- C) Três anos.
- D) Quatro anos.
- E) Cinco anos.

Questão 71

Rosa, idosa que conta com oitenta anos de idade, encontra-se abrigada no Centro de Atenção aos Idosos, pessoa jurídica de direito privado localizada no município de Longevidade. Devido à idade avançada, Rosa foi acometida de doença mental grave e, diante da situação, o representante da entidade assistencial peticionou junto ao juízo competente da Comarca, requerendo a interdição da idosa. Nos termos do Código de Processo Civil, e considerando o caso hipotético, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O juiz deverá requisitar a oitiva de parentes, se houver, e de pessoas próximas a Rosa.
- B) Rosa deverá ser entrevistada pelo juiz, sob pena de nulidade do processo de interdição.
- C) O prazo para impugnação do pedido de interdição é de quinze dias, contado da entrevista realizada com o interditando.
- D) A legitimidade para ingressar com a ação de interdição deverá ser comprovada por documentação que acompanhe a petição inicial.
- E) Será necessário que a petição inicial seja instruída com laudo médico sobre o estado de saúde mental de Rosa ou na impossibilidade indicar os motivos.

Questão 72

Analise as sentenças a seguir.

- I. A obrigação à prestação de alimentos às pessoas idosas é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.
- II. O idoso maior de sessenta e cinco anos tem direito à gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, mas não há impedimento para que a legislação local garanta esse benefício aos idosos entre sessenta e sessenta e cinco anos.
- III. As entidades de atendimento à pessoa idosa, governamentais ou não-governamentais, que descumprirem as determinações estabelecidas no Estatuto do Idoso, poderão ser penalizadas com advertência.
- IV. As pessoas idosas terão prioridade na tramitação dos processos judiciais, e dentre eles, terão prioridade especial os idosos maiores de oitenta anos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I e IV, apenas.
- E) I, II e IV, apenas.

Questão 73

João possui uma casa que fica localizada no condomínio residencial Vivendas, no município de Vivafeliz. Faz quatro meses que, em razão de dificuldades financeiras, João deixou de pagar as tarifas condominiais. Considerando o fato narrado, nos termos do Código Civil e entendimento dos tribunais, em razão do inadimplemento, João:

- A) Não poderá dispor da sua unidade.
- B) Não poderá votar nas assembleias do condomínio.
- C) Ficará sujeito à multa de dez por cento sobre o débito.
- D) Ficará sujeito à multa de cinco por cento sobre o débito.
- E) Não poderá fazer uso das áreas comuns de lazer do condomínio.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 74

Antônio colocou seu automóvel à venda pelo valor de R\$ 80.000,00. Interessado em adquirir o veículo, mas por um preço inferior, Caio contata Antônio e oferece R\$ 30.000,00 pelo bem. Antônio explica a Caio que o valor oferecido é muito ínfimo ao que, de fato, o veículo vale, e diz que não poderá celebrar o negócio nos termos requeridos por Caio. Um dia depois, Caio procura novamente Antônio e, de posse de uma arma de fogo, o ameaça e o obriga a proceder com a venda do veículo pelo valor de R\$ 30.000,00. Antônio, que tem conhecimento prévio de que Caio é pessoa muito explosiva, conhecido na região por ser “valentão”, acaba concordando com a venda. Nos termos do Código Civil e considerando o caso hipotético é correto afirmar que o negócio jurídico é anulável, pois

- A) houve dolo.
- B) houve lesão.
- C) houve fraude.
- D) houve coação.
- E) seu objeto é ilícito.

DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

Questão 75

A execução judicial para cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias é regida pela Lei nº 6.830/1980. Tendo como referência aludido diploma legal, assinale a afirmativa correta.

- A) A Dívida Ativa da Fazenda Pública regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.
- B) A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos.
- C) A Dívida Ativa da Fazenda Pública, que compreende apenas a dívida tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- D) Na execução da Dívida Ativa, a penhora de bens não poderá recair sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, bem como em plantações ou edifícios em construção.
- E) A Fazenda Pública também está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos, de modo que prática dos atos judiciais de seu interesse dependerá de preparo ou de prévio depósito.

Questão 76

Conforme se depreende da Constituição Federal, é facultado ao Poder Executivo da União, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos sobre:

- A) Operações financeiras; produtos industrializados; importação e, exportação.
- B) Grandes fortunas; importação; exportação; e, propriedade territorial rural.
- C) Propriedade territorial rural; operações financeiras; renda; e, grandes fortunas.
- D) Importação; exportação; circulação de mercadorias; e, proventos de qualquer natureza.
- E) Proventos de qualquer natureza; produtos industrializados; propriedade territorial rural; e, renda.

Questão 77

Marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos, taxas e contribuições de melhoria sobre templos de qualquer culto.
- () É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- () Pertencem aos Municípios 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

A sequência está correta em

- A) F, V, F.
- B) F, F, V.
- C) F, V, V.
- D) V, V, F.
- E) V, F, V.

Questão 78

De acordo com a Lei nº 8.397/1992 (que institui medida cautelar fiscal e dá outras providências), assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Cessando a eficácia da medida cautelar fiscal por qualquer motivo, é defeso à Fazenda Pública repetir o pedido pelo mesmo fundamento.
- B) Cessa a eficácia da medida cautelar fiscal se a Fazenda Pública não propuser a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de sessenta dias.
- C) A decretação da medida cautelar fiscal produzirá, de imediato, a indisponibilidade dos bens do requerido, até o limite da satisfação da obrigação.
- D) A medida cautelar fiscal decretada poderá ser substituída, a qualquer tempo, pela prestação de garantia correspondente ao valor da prestação da Fazenda Pública.
- E) O procedimento cautelar fiscal não poderá ser instaurado no curso da execução judicial da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias.

Questão 79

Assinale a afirmativa correta.

- A) Fato gerador da obrigação tributária acessória é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- B) A obrigação tributária acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- C) São subsidiariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação tributária principal.
- D) Diz-se responsável o sujeito passivo da obrigação tributária principal quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- E) A obrigação tributária principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 80

Assinale a afirmativa correta.

- A) A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório não necessita estar atrelada à despesa que fundamentou sua instituição.
- B) À lei complementar caberá dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- C) Competem aos Estados, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais.
- D) É de competência concorrente da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a instituição de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- E) À lei ordinária incumbirá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

Questão 81

Tendo como referência a interpretação e a integração da legislação tributária, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- B) O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- C) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que dispõe sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- D) A lei tributária que define infrações ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato.
- E) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará a analogia, os costumes, a equidade e os princípios gerais de direito.

Questão 82

NÃO contempla uma modalidade de extinção do crédito tributário:

- A) Anistia.
- B) Remissão.
- C) Decadência.
- D) Compensação.
- E) Conversão de depósito em renda.

Questão 83

A instituição de impostos sobre propriedade territorial rural, transmissão de imóveis *inter vivos* e transmissão *causa mortis* de quaisquer bens ou direitos compete, respectivamente à(aos):

- A) União, Municípios e, Estados.
- B) Estados; União; e, Municípios.
- C) Estados; Municípios; e, União.
- D) Municípios; Estados; e, União.
- E) União; Estados; e, Municípios.

Questão 84

Suspende a exigibilidade do crédito tributário:

- A) A isenção.
- B) A transação.
- C) A moratória.
- D) A consignação em pagamento.
- E) O depósito parcial de seu montante.

DIREITO AMBIENTAL

Questão 85

Assinale a alternativa que apresenta, com base na legislação específica, um princípio norteador da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

- A) O estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.
- B) A capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos.
- C) A redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos.
- D) A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.
- E) O estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços.

Questão 86

“Conforme se depreende da Lei nº 14.119/2021 (que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais – PNPSA), consideram-se modalidades dos serviços ecossistêmicos os serviços de _____, definidos como aqueles que concorrem para a manutenção da estabilidade dos processos ecossistêmicos, tais como o sequestro de carbono, a purificação do ar, a moderação de eventos climáticos extremos, a manutenção do equilíbrio do ciclo hidrológico, a minimização de enchentes e secas e o controle dos processos críticos de erosão e de deslizamento de encostas.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) suporte
- B) provisão
- C) regulação
- D) contenção
- E) recuperação

Questão 87

Sobre a usucapião especial de imóvel urbano disciplinada no Estatuto da Cidade, é correto afirmar que:

- A) A usucapião especial de imóvel urbano poderá ser invocada como matéria de defesa.
- B) Os núcleos urbanos informais são insuscetíveis de serem usucapidos coletivamente.
- C) Na ação de usucapião especial urbana, é facultativa a intervenção do Ministério Público.
- D) O direito à usucapião especial urbana poderá ser reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
- E) Na ação judicial de usucapião especial urbana, o rito processual a ser observado é o comum ordinário.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 88

Proceda a análise das proposições a seguir.

- I. Para assegurar a efetividade do direito de todas as pessoas ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público, dentre outras ações, manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final, a fim de assegurar-lhes tributação inferior a incidente sobre os combustíveis fósseis.
- II. As condutas e as atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- III. Para fins de efetividade da tutela constitucional do meio ambiente, considerar-se-ão cruéis todas as práticas desportivas que utilizem animais.
- IV. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei específica de cada unidade da Federação, sem o que não poderão ser instaladas.

Assinale a alternativa correta.

- A) Todas as proposições estão erradas.
- B) Todas as proposições estão corretas.
- C) Apenas uma proposição está correta.
- D) Apenas três proposições estão corretas.
- E) Apenas duas proposições estão corretas.

DIREITO COMERCIAL E FINANCEIRO

Questão 89

A sociedade anônima tem seu capital social dividido em partes iguais, com a responsabilidade de seus sócios ou acionistas limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas. Na sociedade anônima:

- A) O ato constitutivo é o contrato social.
- B) O capital social é repartido em quotas.
- C) A menção ao ramo do comércio é essencial.
- D) Em regra, com a morte de um acionista ocorre sua dissolução parcial.
- E) Há solidariedade entre os sócios para a integralização do capital social.

Questão 90

O orçamento é o instrumento que reflete o plano de ação governamental elaborado com base em uma decisão política, tendo como fundamento a escolha dos representantes do povo, realizada nas eleições diretas. Também se trata de um mecanismo de justiça distributiva, posto que tem uma função de buscar a redução das desigualdades sociais, sendo que não se pode deixar se observar os liames que ditam a técnica orçamentária, materializados por meio de lei, notadamente do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Essa definição contempla todos os aspectos do orçamento EXCETO o:

- A) Político.
- B) Técnico.
- C) Jurídico.
- D) Regulador.
- E) Econômico.

Questão 91

Quando ocorre o inadimplemento de contrato de arrendamento mercantil de veículo é comum que o arrendante mova ação de reintegração de posse do bem em desfavor do arrendatário. Além disso, com o descumprimento do contrato entende-se que:

- A) Enquanto perdurar o arrendamento mercantil, o arrendante e arrendatário são coproprietários do veículo.
- B) Caso haja cláusula resolutiva expressa, é dispensável a notificação prévia do arrendatário para constituí-lo em mora.
- C) As despesas decorrentes do depósito do veículo em pátio privado referem-se ao próprio bem, ou seja, constituem obrigações *propter rem*.
- D) Havendo ordem judicial, o arrendatário é responsável pelo pagamento das despesas de remoção e estadia de veículo em pátio de propriedade privada.
- E) A existência de contrato de arrendamento mercantil não impede a aquisição da propriedade do bem pela usucapião, ainda que o arrendatário se encontre inadimplente.

Questão 92

A Lei Orçamentária Anual compreende os orçamentos fiscal, de investimento e de seguridade social. É cabível a essa norma:

- A) Dispor sobre a limitação das programações de caráter obrigatório.
- B) Determinar como será realizado o cumprimento de restos a pagar.
- C) Fixar diretrizes para a instituição e funcionamento de fundos financeiros.
- D) Autorizar abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.
- E) Estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO TRABALHISTA

Questão 93

O instituto do aviso prévio para os empregados tem garantia no Art. 7º, XXI, da Constituição Federal. A modalidade de aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, por sua vez, somente foi regulamentada pela Lei Federal nº 12.506/2011, enquanto na Consolidação das Leis do Trabalho, em seus Arts. 487 a 491, há contornos gerais da matéria. Sobre o aviso prévio no Direito do Trabalho, é INCORRETO afirmar que:

- A) Na rescisão indireta do contrato de trabalho será devido o pagamento do aviso prévio.
- B) Em caso de culpa recíproca, o aviso prévio será devido pela metade, conforme jurisprudência uniformizada pelo TST.
- C) A data para a efetiva baixa do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social deverá levar em conta a data em que se expira a projeção do aviso prévio, ainda que indenizado.
- D) Dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo. Entretanto, poderá a parte notificante reconsiderar o ato de concessão do aviso prévio, antes de seu termo, unilateralmente.
- E) Quando for o caso de dispensa pelo empregador sem justa causa de empregado, este cumprirá o período de aviso prévio, sem prejuízo de sua remuneração mensal integral, com redução de duas horas diárias.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 94

O recurso de revista enquadra-se como um recuso de natureza extraordinária e com fundamentação vinculada, disciplinado no Art. 896 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Por visar à exata aplicação do direito, impede a verificação fática, inclusive o reexame de provas, ficando restrito à análise de direito (Súmula nº 126 do TST). Sobre o recurso de revista, é correto afirmar que:

- A) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, não será admitida a interposição de recurso de revista.
- B) Em razão do *jus postulandi* vigente na seara processual trabalhista, é possível a interposição do presente recurso sem que a parte esteja representada por advogado.
- C) Dotado de efeito suspensivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo.
- D) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da CLT.
- E) É cabível contra decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

Questão 95

O mandado de segurança consiste em garantia fundamental prevista na Constituição Federal (Art. 5º, LXIX), além da disciplina específica na Lei nº 12.016/2009, sendo o remédio próprio para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público. Sobre a ação constitucional em foco, estão em conformidade com a recente jurisprudência sumulada do TST, EXCETO:

- A) A homologação de acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.
- B) Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.
- C) Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado para garantir crédito exequendo, pois é prioritária e obedece à gradação prevista no Art. 835 do CPC de 2015.
- D) Exigindo o mandado de segurança prova documental pré-constituída, inaplicável o Art. 321 do CPC de 2015 (Art. 284 do CPC de 1973) quando verificada, na petição inicial do *mandamus*, a ausência de documento indispensável ou de sua autenticação.
- E) A tutela provisória concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. É admissível a obtenção de efeito suspensivo ao recurso ordinário mediante requerimento dirigido ao tribunal, ao relator ou ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, por aplicação subsidiária ao processo do trabalho do Art. 1.029, § 5º, do CPC de 2015.

Questão 96

A prestação de trabalho durante o período noturno representa uma condição mais desgastante para o trabalhador, sob o ponto de vista biológico, familiar e social. Em virtude disso, o Direito do Trabalho confere um tratamento diferenciado ao trabalho noturno, combinando restrições ao labor e vantagens jurídicas. Sobre a jornada noturna, assinale a afirmativa correta.

- A) Os empregados domésticos não têm direito ao adicional noturno.
- B) Habilita o recebimento de um acréscimo de, no mínimo, 25%, ressalvada outra previsão em norma coletiva.
- C) Segundo a jurisprudência sumulada do STF, ao empregado sujeito ao regime de revezamento, não é devido ao adicional de serviço noturno.
- D) Ao trabalho noturno rural será acrescido o adicional de 25% sobre a remuneração normal, além de considerar a hora ficta noturna composta de 52 minutos e 30 segundos.
- E) Nas áreas urbanas, considera-se trabalho noturno todo aquele realizado entre às 22 horas de um dia às 5 horas da manhã seguinte. Já nas áreas rurais, será noturno o trabalho executado entre às 21 horas de um dia e às 5 horas do dia seguinte, na lavoura, e entre as 20 horas de um dia e as 4 horas do dia seguinte, na atividade pecuária.

Questão 97

A Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) promoveu significativa alteração na definição do grupo econômico, estabelecendo requisitos cumulativos e expressos para sua caracterização. Com base no Art. 2º, § 3º, da CLT, NÃO é requisito para a caracterização do grupo econômico:

- A) Atuação conjunta.
- B) Identidade de sócios.
- C) Controle hierárquico.
- D) Efetiva comunhão de interesses.
- E) Demonstração do interesse integrado.

DIREITO ELEITORAL

Questão 98

Assinale afirmativa que evidencia o princípio da antinomia eleitoral.

- A) São ineleáveis os inalistáveis e os analfabetos.
- B) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.
- C) A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de Justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
- D) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- E) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE SERVIDORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PGE/SC)

Questão 99

A desincompatibilização é uma forma de afastamento da inelegibilidade. Sobre o tratamento que a Lei Complementar nº 64/1990 dá ao tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. São inelegíveis para a Câmara Municipal: a) no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para o Senado Federal e para a Câmara dos Deputados, observado o prazo de seis meses para a desincompatibilização; b) em cada Município, os inelegíveis para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, observado o prazo de seis meses para a desincompatibilização.
- II. São inelegíveis para Prefeito e Vice-Prefeito: a) no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, observado o prazo de quatro meses para a desincompatibilização; b) os membros do Ministério Público e Defensoria Pública em exercício na Comarca, nos quatro meses anteriores ao pleito, sem prejuízo dos vencimentos integrais; c) as autoridades policiais, civis ou militares, com exercício no Município, nos quatro meses anteriores ao pleito.
- III. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 100

O agente público, ou seja, aquele que detém o exercício de uma função pública, coloca-se em situação de vantagem perante o “cidadão comum”, porque tem como atividade cotidiana o atendimento dos interesses da coletividade e porque está naturalmente em evidência. Sem qualquer esforço, pode conquistar a simpatia dos que buscam o serviço público, bastando que cumpra com presteza o seu mister. Então, sem necessidade de se falar em abuso, o exercente da função pública já tem posição de destaque no contexto social, a chamada “mais valia”, principalmente nos centros menores (...).

(in CASTRO, Edson Rezende. *Curso de Direito Eleitoral. Belo Horizonte: Del Rey, 2020, p. 518.*)

Sobre o tema, a Lei nº 9.504/1997 elenca condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais e que são proibidas. Assinale afirmativa que contenha uma conduta não vedada pela norma.

- A) Nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança.
- B) Usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.

- C) Fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público.
- D) Ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado.
- E) Empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a seis vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos três últimos anos que antecedem o pleito.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.



INSTRUÇÕES

É facultativo o uso de máscara durante toda a prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, notas, livros, anotações, régua de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *smartphone*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, e etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.
4. O caderno de provas consta de 80 (oitenta) questões para os Cargos Nível técnico e 100 (cem) questões para os cargos de Nível Superior. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde à função a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no cartão de Respostas (Gabarito) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
5. As provas terão duração de 5 (cinco) horas. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o cartão de Respostas (Gabarito).
6. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de respostas (A a E) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito), devidamente assinados em local específico.
7. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
8. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
9. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato também poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 2 (duas) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o caderno de provas.
10. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador da Unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os cadernos de provas e os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas de múltipla escolha de cada cargo serão divulgados exclusivamente nos endereços eletrônicos www.pge.sc.gov.br e www.institutoconsulplan.org.br, às 10h00min do dia 12 de dezembro de 2022.

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas terá o período de 10h00min do dia 12 de dezembro de 2022 até as 23h59min do dia 13 de dezembro de 2022.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.